

As bases para o Orçamento de 89

4 AGO 1988

GAZETA MERCANTIL

4 AGO 1988

por Yves Leon Windroy
de Belo Horizonte

O governo federal não pretende aplicar tratamento algum de choque na economia brasileira, no curto e médio prazo, nem deverá anunciar qualquer nova medida de impacto na área. A informação é de João Batista de Abreu, ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), e foi reiterada por diversas vezes, ontem, em Belo Horizonte.

Abreu esteve na capital mineira para participar de um seminário sobre a privatização das empresas estatais, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Antes, porém, participou de um almoço no Palácio da Liberdade, sede do governo do estado, com a presença do governador de Minas, Newton Cardoso, do presidente da

FIEMG, Nansen Araújo, e dos presidentes do BDMG e do Bemge, entre outros.

Por volta das 15h30, ao deixar o Palácio da Liberdade, Abreu fez um dos vários desmentidos do dia sobre a possibilidade de mudanças na política econômica: "Não há nenhum 'pacote' em preparação", afirmou, em entrevista exclusiva a este jornal. "Não há qualquer intenção de fazer choque algum (...) Não há mudanças de impacto previstas", acrescentou, posteriormente, em entrevista coletiva, na sede da FIEMG, no início da noite.

De acordo com o ministro, este ainda não é o momento de se aplicar um novo tratamento de "choque" na economia brasileira, para eliminar o componente inercial da inflação. "Há um componente inercial forte, hoje, na inflação brasileira. Mas, há, também, a presença de uma forte pressão de causas primá-

rias (de inflação), que é o déficit fiscal", esclareceu, explicando que, antes de um "choque", se considerado necessário, deve haver "um forte ajuste fiscal" na economia.

"O ex-ministro Simonsen (que propôs a adoção de um redutor na economia) tem sublinhado, ele mesmo, que o sucesso desse tipo de proposta depende muito do nível do ajuste fiscal realizado", disse ao ser indagado sobre a proposta do ex-ministro.

AJUSTE

Apesar de o titular da Seplan ter constatado que o déficit fiscal ainda é um importante causador de inflação, no Brasil, ele informou, também, que o ajuste fiscal que tem sido realizado, pelo governo, "vai muito bem". No primeiro semestre, afirmou, o Banco Central acaba de constatar que o déficit público chegou a 1,06% do Produto Interno Bruto (PIB), quando a expectativa anterior, a nível governamental, era a de que chegaria a algo entre 1,5 e 1,6% do PIB.

"Com um pouco de sorte, podemos fechar o ano com um índice até inferior a 4%" (a meta perseguida pelo governo), avaliou. "A política (fiscal) está nos eixos", afirmou o ministro.

ORÇAMENTO

Segundo Abreu, atualmente a medida de maior importância que está sendo tomada, pelo governo, é a remessa, entre 15 e 20 deste mês, do orçamento da União para 1989 ao Congresso Nacional. "Estamos embutindo a nova partilha das rendas públicas prevista pela nova Constituição brasileira."

"Apesar desse orçamento estar ainda sendo elaborado com base na atual Carta Magna, tenho a convicção de que não haverá nenhuma alteração dos itens referentes à questão tributária, já incluídos na Nova Constituição, neste segundo turno de votação", explicou.

O orçamento da União

para 1989 deverá incorporar "profundos cortes" de despesas, até mesmo, porque nele o governo deverá trabalhar com uma expectativa de déficit "zero" para o próximo ano — excluídas as transferências de recursos destinadas à Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest).

"Teremos um orçamento equilibrado. Essas transferências (à Sest) não devem ultrapassar a 1% do PIB", assegurou. "O empenho, hoje (do governo) é o de se conseguir um mínimo de equilíbrio fiscal. Sem isso, é muito difícil imaginar qualquer outro lance (de impacto) na economia", disse o titular da Seplan.

As metas do orçamento da União, para o próximo exercício, deverão, esclareceu, implicar a extinção de diversos órgãos do governo, que preferiu não especificar. "Um conjunto importante de órgãos responsáveis pelas ações (de política econômica), que serão canceladas, ficará sem ter o que fazer", comentou, ao ser solicitado a dar um exemplo de órgão que seria extinto.

CORTES

Esses cortes, informou o ministro, deverão, sozinhos, permitir uma redução da ordem de 17% nas despesas do estado. "Eles serão de maior intensidade do que o que já foi feito; certamente que sim", assegurou. Com relação à nova partilha de rendas públicas, disse ter sido examinada uma quantidade "expressiva" de projetos federais, tendo sido selecionado um conjunto de projetos "que não poderá mais ser executado".

INFLAÇÃO

O ministro do Planejamento também informou acreditar que a inflação de agosto será "inferior" à de julho, tendo em vista as informações já em seu poder. De acordo com ele, "não há sinais de pressão para aumento de preços no conjunto da demanda agregada".